

# Sistemas de Mediação Cultural para comunidades indígenas:

a eminência de ações socioculturais para as regiões “ditas” inteligentes

Maria Aparecida Jacques de Arruda

Rosângela Formentini Caldas

**Como citar:** ARRUDA, M. A. J.; CALDAS, R. F. Sistemas de Mediação Cultural para comunidades indígenas: a eminência de ações socioculturais para as regiões “ditas” inteligentes. *In:* CALDAS, R. F. (org.) **Cidades inteligentes e Ciência da Informação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 139-164.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-146-1.p.139-164>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

***Sistemas de Mediação Cultural para comunidades indígenas: a eminência de ações socioculturais para as regiões "ditas" inteligentes***

*Maria Aparecida Jacques de Arruda  
Rosângela Formentini Caldas*

## **1 INTRODUÇÃO**

A atualidade social global, denominada era do conhecimento ou da informação, tem exigido das pessoas aprendizagens contínuas, pois informações e conhecimentos são elementos diferenciais e imprescindíveis na vida dos sujeitos e nas relações sociais, inclusive no que diz respeito ao contexto etnocultural. Por exemplo, o conhecimento decorre, a princípio, de um processo histórico do cotidiano informacional que se instala em contextos formais e informais das relações sociais dos indivíduos, ou ainda das leituras de mundo que estes têm, gerando significados para fatores tão expressivos da ordem do material, imaterial ou simbólico. Portanto, do resultado desse processo, podemos adentrar no diálogo cultural e pensarmos um pouco sobre a sua importância e a necessidade de refletirmos na formação de uma sociedade, para traçarmos a trajetória daquilo que queremos objetivando resultados de um crescimento sustentável e inteligente.

Muitas vezes, por não nos atentarmos à importância cultural na trajetória de nossa sociedade, torna-se difícil a compreensão da existência de problemáticas que emergem no âmbito social, consequência da inapropriação do campo informacional. A Ciência da Informação que é uma ciência social, tem caminhado em direção ao entendimento de elementos relacionados à informação e ao conhecimento, a fim de democratizar os acessos aos saberes e de proporcionar ações educativas voltadas para diminuição das distâncias

sociais, assistindo às sociedades periféricas e marginalizadas. Para tanto, esta área tem investigado as necessidades informacionais das minorias e conseqüentemente, procurado contribuir com ações que ultrapassam os serviços técnicos de processamento de produtos e serviços informacionais, se preocupando em encontrar meios de organizar e aprimorar os processos de gestão dos fluxos de informações e/ou conhecimentos em prol da otimização dos acessos e posses desses insumos, possibilitando então, embasar projetos concernentes a ambientes inteligentes.

A evolução e desenvolvimento de ambientes inteligentes, ocorre devido aos constantes avanços e inovações das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em todos os contextos e cenários sociais, possibilitando uma integração cada vez mais profícua, por uma sociedade que prima pela informação, desenvolve o seu conhecimento e atua com uma visão globalizada que se destaca pela qualidade de vida de seus cidadãos.

Nessa dinâmica da sociedade globalizada que busca melhorias para as suas populações por meio da informação e do conhecimento, encontram-se os indígenas, povos reconhecidos pela existência da preservação de suas culturas nativas, essenciais para uma compreensão da atual sociedade. Os indígenas, são cidadãos usuários e produtores de informações e conhecimento, assim, entendemos que deveriam existir mais estudos na área da Ciência da Informação que abordem este tema, pois tais comunidades, poderiam se beneficiar da pesquisa, enquanto sujeitos informacionais que necessitam apossarem-se desses valiosos insumos para aprimoramentos, capacitações, resoluções de problemas e/ou simples deleite.

No Brasil devido aos frequentes contatos e convivência indígena com a sociedade ocidental, gerou-se aos povos ameríndios a necessidade de obterem informações para suprirem lacunas de diversos níveis como carências básicas

diárias e principalmente, de informações registradas e documentadas para garantir suas terras, saúde, educação e/ou documentos referentes à história sociocultural destes povos. Destacamos que essa população possui uma vasta riqueza etnocultural, de saberes e conhecimentos tradicionais que merecem ser reconhecidos e valorizados pela ciência e sociedade ocidental.

Infere-se que a implantação de sistema de informações e/ou conhecimento de natureza etnológica que facilite a recuperação, o resguardo e a difusão desses saberes, são ações de inclusões sociais em ambientes informacionais que vão de encontro com uns dos objetivos de desenvolvimento sustentável proposto pela Agenda 2030 em colaboração com a Organização das Nações Unidas do Brasil (ONU/Brasil) como um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

Nessa perspectiva da Agenda 2030, a área da Ciência da Informação poderia gerar relevantes contributos ao propor práticas colaborativas entre as populações indígenas e a criação de ambientes inovativos informacionais, como nos acessos na mediação e na disseminação informacional e cultural, por meio de ações de sistemas de natureza etnológica que possam potencializar a interação de sujeitos que buscam informações fidedignas para o entendimento de assuntos sociopolíticos, inclusive para ações do cotidiano, como o manejo da terra e de plantio de seus produtos alimentícios e/ou para criação de animais, autossustentação das comunidades locais, de suas terras e também para o país.

Frente ao exposto e entendendo a expressividade atual de assuntos como sustentabilidade, tecnologias, informação, conhecimento e regiões inteligentes, procuramos refletir sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), estabelecidos pela Agenda 2030 na Assembleia geral das Nações Unidas (ONU). Haveria, portanto, a possibilidade

de pensar as Cidades e Comunidades Sustentáveis, na atual sociedade do conhecimento, global e em rede, frente às constatações de comunidades periféricas, marginalizadas em condições de vulnerabilidade como muitas comunidades indígenas no Brasil? Assim, objetivamos com este estudo, discutir a proposta relacionada à Ciência da Informação que possa favorecer a implementação de projetos e políticas de desenvolvimentos sustentáveis em prol da sustentabilidade das comunidades indígenas, por meio da disponibilização de saberes e da facilitação de acessos e posses de conhecimentos pelos sujeitos ameríndios, como forma de estabelecer e introjetar aspectos culturais na implementação de regiões ditas inteligentes.

Consideramos que há na atualidade, uma premente preocupação da ONU, para com o desenvolvimento de processos de inclusão de ações concretas relativa aos direitos dos povos indígenas, à sustentabilidade e etnodesenvolvimento, os quais, se referem à qualidade ou propriedade sustentável, necessária e imprescindível para preservação da vida. Atentamos a existência de uma urgente realização de atividades que desenvolvam planos de combate à violência e fortaleçam a paz mundial, contra a discriminação e com o foco na sustentabilidade, influenciando fatores econômicos, sociais e ambientais.

Uma forma de acelerar os processos de desenvolvimento das comunidades étnicas, poderia estar na oferta de sistemas de gestão de saberes de natureza etnológica que possam disponibilizar informações e/ou conhecimentos através das tecnologias de informação e comunicação, de modo remoto, através de redes de Internet, impactando diretamente as comunidades indígenas brasileiras, introjetando-as no ambiente inteligente das regiões.

## **2 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) COMO INSTRUMENTO DE MEDIAÇÃO CULTURAL**

No contexto social do século XXI, com os constantes avanços e inovações das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em todos os cenários sociais, urge a necessidade de atualizações e adequações de uma sociedade, que caminha paralelamente no âmbito das inovações em variados contextos como: tecnológicas, sociais, econômicas, políticas, educacionais e culturais.

Neste cenário, os povos indígenas que há muito tempo estiveram excluídos das sociedades eurocêntricas, conquistaram após muitas lutas e batalhas, diversos direitos e empoderamentos sobre suas terras, educações específicas, políticas ambientais e sociais e também, apossaram-se das novas tecnologias de informações e comunicações (TICs), as quais, se dimensionarmos como instrumentos de mediação, possibilitou-os a comunicarem-se a longa distância, a contactar-se com outras etnias ou outros povos.

Os dispositivos tecnológicos, portanto, tem favorecido aos indígenas, tanto o acesso a várias informações de diferentes formatos – textos, vídeos, imagens, sons –, como a possibilidade de gerar dados para o armazenamento de bases e sistemas inovadores, disponibilizando assim, conhecimentos e olhares intrínsecos ao âmago de suas vivências. Deste modo, as TICs, tem conseguido ofertar à sociedade, uma troca de diálogos e possibilidades de informação ímpar, aproximando o entendimento social, por meio de uma mediação cultural na inovação em prol das populações étnicas brasileiras.

### **2.1 Tecnologias e Sistemas de Informação Cultural**

Michalak (2012) *apud* Landoy (2019) argumenta que na atualidade, alguns dos principais fatores que impulsionam as mudanças sociais surgem das tecnologias de rede com seus poderosos motores de buscas. Essas tecnologias estão disponíveis para toda a sociedade, assim como as tecnologias

sociais<sup>1</sup>, entre outros serviços e produtos que facilitam os acessos e a interação entre sujeito e o objeto de informações e de conhecimentos.

Neste sentido, Almeida (2014) fala que as comunidades virtuais e em rede vem se democratizando e incorporando diversas possibilidades de comunicação e formas de experimentação da realidade em diferentes graus de saberes e apropriações que delas resultam. À vista disso, visualiza-se que as comunidades indígenas brasileiras, de forma ainda tímida estão se apropriando, experienciando e inserindo-se nessa realidade tecnológica, virtual e informacional. Fato este considerado como mudanças paradigmáticas,

[...] no sentido de apropriação e utilização das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) é uma forma de (re) apropriação e disseminação da informação por grupos sociais tradicionalmente alijados dos processos organizacionais que advém do modelo informacional vigente. (MELLO, 2019, p. 170).

Ao se apropriarem dessas tecnologias e respectivamente de informações disponíveis em meios eletrônicos e *online*, esses povos alijados adquirirão autonomia na construção de saberes e empoderamento étnico-social-cultural, não só na utilização das novas TICs, mas também na construção de novos espaços em suas culturas, na aquisição de direitos e no desenvolvimento etnocultural e/ou etnodesenvolvimento. Neste sentido, Dodebei (2011) *apud* Pinto (2009) afirma que devido à materialidade das informações digitais, elas constituem, inclusive, parte da cultura material da sociedade.

Vislumbramos que os indígenas se apropriem das TICs e ambientes digitais para acessarem e apossarem-se de

---

1 Tecnologia Social é a ferramenta que agrega informação e conhecimento para mudar a realidade. Conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida. ITSBRASIL. Disponível em: <http://itsbrasil.org.br/conheca/tecnologia-social/>.

informações e conhecimentos de natureza etnológicas, que lhes asseguram aprendizagens e competências informacionais, reflexivas e críticas. Neste sentido, configura-se a adoção de um Sistema de Bibliotecas Digitais e online, de saberes e culturas étnicas e indigenistas. As bibliotecas digitais são tecnologias que proporcionam e facilitam a seleção, armazenamento, organização e a disponibilização de informações às pessoas que podem acessá-las de qualquer lugar que tenha um dispositivo eletrônico conectado à rede de internet. Pertinente ainda que as TICs seja instrumento de mediação e agregação de valor aos processos culturais, informacionais ou comunicacionais, gerando ganhos em termos de conhecimento aos sujeitos envolvidos (ALMEIDA, 2014).

Neste sentido, interessante destacar que, em países como Canadá<sup>2</sup>, Índia<sup>3</sup> e Austrália,<sup>4</sup> os povos indígenas contam com essas facilidades tecnológicas para a gestão do conhecimento em seus espaços informacionais, que preservam e disponibilizam saberes sobre ervas e medicinais tradicionais, agricultura, alimentação, trabalhos artesanais entre outros, pois, uma Biblioteca Digital e *online* específicas para as comunidades indígenas é uma metodologia moderna para além da disseminação da informação, mas também uma ferramenta impresente.

Destacamos que são espaços inteligentes e sustentáveis que garantem a preservação dos saberes e/ou conhecimentos, que agregam outras formas de resguardo dos conhecimentos tradicionais, seus hábitos/culturas; as tecnologias digitais proporcionam novas formas de mediar e compartilhar essas informações e/ou saberes culturais ao aproximar usuário, mídia

---

2 University of British Columbia. Disponível em: <https://guides.library.ubc.ca/c.php?g=307208&p=5011598>. Acesso em: 6 set. 2021.

3 Traditional Knowledge Digital Library. Disponível em: <http://www.tkdlib.org/TKDL/langdefault/common/Home.asp?GL=Eng>. Acesso em: 6 set. 2021.

4 National Library of Australia. Disponível em: <https://www.nla.gov.au/what-we-collect/indigenous>. Acesso em: 6 set. 2021.



e informação permite uma relação dialógica.

## **2.2 Mediação Cultural e Diversidade Etnológica**

No contexto da Ciência da Informação, parafraseando Almeida (2008), "dentre os muitos conceitos de mediação que alcançam transversalidade nas disciplinas científicas [...]', destacam-se, para os propósitos deste trabalho, reflexões e discussões da mediação consciente em uma perspectiva de direcionar o indivíduo para apropriação da informação, para consciência crítica e ao protagonismo social, ignorando demais conceitos nas outras áreas, por exigir discussões mais profundas.

No entendimento de Gomes (2014, p. 52), a mediação promotora do protagonismo social,

[...] confere à ação mediadora certa característica de substrato ao autoconhecimento e ao entrelaçamento da humildade e da autoestima dos interlocutores dessa ação é a mediação consciente; no momento que o profissional entende que esta mediação possui sentido de compartilhamento de cooperação, de abertura ao diálogo, à crítica e à criatividade, de abertura também entre o velho e o novo.

Com essa concepção a mediação da informação se ajusta na inter-relação dialógica a qual viabiliza ao profissional buscar a realização do trabalho compartilhado e colaborativo, apresentando sua condição de protagonista social (GOMES, 2019).

Das concepções aparentes de mediação cultural e mediação da informação no âmbito da Ciência da Informação Almeida (2008), entende que a mediação é inerente às ações sociais, e inter-relacionadas entre partes de um sistema social e de processos de compreensão intersubjetiva, o que introduz a mediação humana nos processos, através dos quais, as ações são coordenadas. A ação mediadora é uma ação que alia e permite o encontro das ideias, da cultura, do pensamento e do

conhecimento num processo relacional entre atores e agentes (ALMEIDA JUNIOR, 2015) e, os espaços de mediações culturais contribuem para as interações e conexões de sentidos entre mediadores e mediados, sujeitos e objetos.

A mediação cultural e/ou do conhecimento, normalmente necessita de um terceiro elemento externo na qualidade de mediador, para intervir e solucionar possíveis conflitos em torno do objeto de desejo, da obra de arte ou do saber, da informação ou qualquer outro artefato a ser entendido, apropriado e adquirido. "A ação do elemento terceiro tem sempre um impacto sobre o ambiente (mais frequentemente o ambiente social) no qual ela se situa" (DAVALLON, 2006, n. p.), o mediador neste caso, se interage a partir de articulações linguísticas, a comunicação ou diálogos, conforme relata Baktein (1981) *apud* Gomes (2019), e nessa ação mediadora, o objeto da transmissão são os signos e significados que garantem a preservação e a posse e/ou acesso à cultura ultrapassando barreiras do tempo e do espaço (GOMES, 2019).

A mediação no entendimento de Abdullahi (2008, p. 383) é um mecanismo fundamental de desenvolvimento especificamente humana. Este autor diz que, a mediação originou-se a partir da tríade sujeito, ferramentas culturais e objetos e sobre essa trilogia surgem a estrutura e o desenvolvimento de processos psicológicos do homem mediante atividades práticas culturalmente mediadas e historicamente desenvolvidas.

Nesse sentido, Hall (1997) diz que os humanos são seres interpretativos e instituidores de sentidos, e a ação humana possibilita atribuir e definir significados e sentidos para as coisas, codificar, organizar, regular e normalizar maneiras de comportamentos uns em relação aos outros. Diz ainda que, são os sistemas de códigos de significados que permitem o homem entender as ações alheias e dar sentido às próprias ações (HALL, 1997), ou seja, a comunicação e o diálogo são principais elementos da mediação.

Os homens, segundo Abdullahi (2008) frequentemente recorrem à cultura para explicarem ou justificarem fracassos ou sucessos de desenvolvimentos e/ou milagres econômicos de determinado país. O autor diz que, a diversidade social e cultural não é só útil per si, mas essencial para o desenvolvimento e evolução de uma nação. Por tanto, gerenciar a diversidade e as identidades culturais não é um desafio para poucos, tais como os estados étnicos e multiculturais da África e na Ásia. No mundo todo, relata o autor, contém em torno de cinco mil grupos étnicos e um terço desses países tem ao menos uma minoria substancial, em torno de 10% (dez por cento) da população, que faz parte de grupos étnicos ou religiosos (ABDULLAHI, 2008, tradução nossa).

O Brasil é um dentre esses países multiculturais, principalmente de etnias indígenas. De acordo como último Censo IBGE de 2010, a diversidade de povos indígenas no país era de 256 etnias distintas com mais de 150 línguas diferentes, totalizando 896.917 pessoas, sendo a maior parte dessas populações espalhadas por milhares de aldeias, localizadas em 724 Terras Indígenas de Norte a Sul do País (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL – PIB).

Portanto, em questões culturais e diversidades, este país possui uma forte representatividade. Além dos povos indígenas, há também uma representatividade de comunidades quilombolas, descendentes africanos, asiáticos entre outros que fazem do Brasil uma terra rica de culturas miscigenadas. Este território é rico também em biodiversidade, o qual detém milhares de espécies vegetais, microrganismos e animais que podem ser encontradas no Pantanal, Floresta Amazônica, Cerrado e Mata Atlântica.

Por isso, a importância de resgatar informações dessa diversidade cultural e produtos originários da biodiversidade, como as plantas medicinais cultivadas pelos ameríndios, para organizar, armazenar em formatos digitais para posterior recuperação, através do auxílio de um dispositivo tecnológico como mediador da informação, do conhecimento ou qualquer

outro artefato a ser entendido, apropriado e adquirido por sujeitos que desses insumos necessitarem.

Para essa ação mediadora aos povos originários, tem como fundamental e imprescindível a constituição de um espaço informacional específico, de natureza etnológica, como Bibliotecas e/ou Repositórios informacionais, digitais e *online*, que viabilizam o gerenciamento e/ou gestão dos saberes ali armazenados. Por certo, nessa perspectiva de uma gestão mediadora, o indivíduo será direcionado à apropriação do saber de forma racional e crítica.

### **3 GESTÃO DE SABERES: A INFORMAÇÃO ETNOLÓGICA NA GERAÇÃO DE CONHECIMENTO**

A informação e/ou saberes indígenas têm diferentes interpretações e entendimentos de modo peculiar entre estudiosos indigenistas, antropólogos e sociólogos de diferentes países e culturas. Na concepção deste estudo, procuramos relatar as definições mais comuns tais como: conhecimento indígena se refere ao conhecimento acumulado ao longo da vida de gerações, de uma comunidade local em um ambiente específico; são saberes únicos, tradicionais, locais desenvolvidos em torno de condições específicas, de acordo com o PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (MOLE; EKWELEM; DIN, 2018).

#### **3.1 Informação como recurso do saber etnológico**

De acordo com Ochalla (2007), Grenier (2008) *apud* Mole Ekwelem e Din (2018), o conhecimento indígena é um corpo sistemático de saberes adquiridos pela população local através do acúmulo de experiências informais e da compreensão íntima do ambiente em uma determinada cultura e etnia. Esses saberes representam vivências interculturais, sabedoria e conhecimentos exclusivos, os quais são armazenados nas mentes das pessoas que ali convivem.

Esses saberes e/ou conhecimentos tradicionais têm como

guardiões as pessoas locais como os agricultores, os artesões, os fitos terapeutas, as mulheres, os criadores de gado, ovelhas, cabras, porcos, galinhas, entre outros, que são os responsáveis pelo sistema de armazenamento e preservação natural desses insumos. Esses conhecimentos, não estão escritos, nem registrados em nenhum suporte físico, são conhecimentos tácitos, encontrado nas memórias, principalmente dos anciões e quando estes morrem, é como se uma biblioteca tivesse sido incendiada (MOLE; EKWELEM; DIN, 2018).

Devemos repensar sobre a instituição de sistemas de gestão para o acondicionamento desses saberes/conhecimentos, com o foco na sua preservação efetiva. Talvez pela intangibilidade destes fatores, esquecemos da expressividade de pensarmos que os jovens e as crianças de uma determinada comunidade devem ter a possibilidade de, no futuro, resgatar esses saberes e repassarem para outras gerações, na organicidade do crescimento de uma comunidade.

Consideramos ainda, que esses saberes indígenas existem nas sociedades e comunidades desde tempos imemoriais, sem que a população nativa percebesse, ultrapassaram essas fronteiras locais e tomaram proporções mundiais. Assim, não há efetivamente comunidades que não tenha elementos desses saberes e/ou conhecimentos (OCHALLA, 2007). Abrange o conhecimento, a inovação e as práticas tanto de comunidades indígenas, quanto, das comunidades ocidentais.

Essas práticas e inovações desenvolvidas a partir desses saberes etnoculturais, selecionados e organizados em sistemas informacionais digitais que a Ciência da Informação propões para o desenvolvimento sustentável e o etnodesenvolvimento, às comunidades indígenas brasileira na perspectiva da gestão de um sistema de Biblioteca Digital Indígena.

Um sistema de gestão de saberes étnicos, vai ao encontro dos desejos de suprir e/ou fomentar carências informacionais e de documentos dos povos indígenas brasileiros que sofrem

constantemente com falta de documentos que comprovem seus espaços, que garantem seus direitos e que amparem suas reivindicações, frente ao poder público e à sociedade nacional.

### **3.2 Gestão do Conhecimento**

A gestão do conhecimento é entendida como um modelo gerencial que visa melhorar o desempenho de uma organização através da produção, armazenamento, mediação, compartilhamento e aplicação do conhecimento em uma instituição organizacional.

Gerenciar o conhecimento frente ao complexo cenário na atual sociedade, na qual as mudanças são constantes, exige-se repensar de forma estratégica as práticas, os processos e tomadas de decisões nas organizações informacionais para assim, se manterem atualizadas e facilitarem a interação entre as pessoas e o acesso ao conhecimento ali existentes, visto que, informação e conhecimentos são elementos de alto valor que movem o mundo, são produtos de bens e serviços nas organizações de grande importância para o aprendizado e aprimoramento intelectual das pessoas que o adquirem.

A gestão de saberes e/ou conhecimentos de natureza etnológica surge da premente necessidade para contribuir com as organizações étnicas no Brasil no sentido de evidenciar a importância da gestão de saberes e conhecimentos indígenas aos povos tradicionais e demais comunidades, apresentando subsídios teóricos para futuros estudos. Visto que, gestão do conhecimento se refere a uma abordagem multidisciplinar em relação aos propósitos de uma organização (organizações étnicas) que busca melhores práticas de criação e uso de saberes e do conhecimento, conectando as fontes de geração com as necessidades de aplicação do conhecimento para o desenvolvimento e inovações a partir do conhecimento.

No entendimento de Valentim (2003),

[...] gestão do conhecimento é o conjunto de estratégias para criar, adquirir, compartilhar

e utilizar ativos de conhecimento, bem como estabelecer fluxos que garantam a informação necessária no tempo e formato adequados, a fim de auxiliar na geração de ideias, solucionar problemas e tomar decisões.

O processo aqui citado, é fundamental para proporcionar melhorias nos fluxos informacionais de uma instituição, agregando valor e controle e junto às ferramentas, técnicas e procedimentos de gerenciamento, dinamizam a performance da instituição organizacional/informacional.

Para Davenport e Prusak (1998), gestão do conhecimento é um conjunto integrado de ações que visam identificar, capturar, gerenciar e compartilhar todo o ativo de informações de uma organização. É a estratégia que transforma bens intelectuais da organização em informações registradas e o talento dos seus membros, em maior produtividade, novos valores e aumento de competitividade. (MURRAY, 1996 *apud* ALENCAR; FONSECA, 2015, p. 4). Com esse ponto de vista que acreditamos em transformar saberes intelectuais em bens materiais e de valor através de um sistema de gestão de conhecimento indígena registrados.

Compreende-se também que GC é um processo por meio do qual se obtém e utilizam recursos básicos (econômicos, físicos, humanos, materiais) para o manejo desse ativo no âmbito social (MORAES; FADEL, 2008, p. 28).

Destarte, a gestão está inerentemente agregada à capacidade da organização social em utilizar e adequar as diversas fontes, suportes e tipos de conhecimentos organizacionais no desenvolvimento de competências e capacidades inovadoras para de forma estratégico fortalecer o crescimento organizacional.

Assim, entende-se a gestão do conhecimento indígena dotado de conhecimentos tácitos e explícitos, considerando que esses conhecimentos são originários da relação sociocultural nas comunidades étnicas, munidos de estruturas cognitivas e emocionais que inclui valores, crenças e suposições

vidadas e compartilhadas na realidade entre os membros da organização e a partir desses conhecimentos surgem novas estruturas e renova-se as já existentes.

A partir do exposto sobre a dinâmica da gestão como um processo eficiente para a organização, seleção, armazenamento e disponibilização de saberes, da cultura e do conhecimento em um sistema informacional, consideramos esse processo indispensável aos povos indígenas brasileiros, devido ao acúmulo diário de informações geradas nas comunidades etnológicas e em todas as demais esferas da sociedade.

### **3.3 Identificação da realidade brasileira**

No Brasil, existem sistemas informacionais, que integram o assunto relacionado aos povos indígenas, como é o caso do Sistema de informações da Saúde Indígena<sup>5</sup>, responsável por agrupar os dados epidemiológicos dos distritos sanitários e o Sistema indigenista de Informações<sup>6</sup>, criado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e que agrega conteúdos sobre a localização de aldeias e terras indígenas e a legislação indigenista. Existem ainda, outros sistemas importantes como: O Hórus (Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica) e o SISABI (Sistema de Informação de Saneamento em Áreas Indígenas).

---

5 Disponível em: <http://www.ccms.saude.gov.br/saudeindigena/asesai/sistemasdeinformacao.html>. Acesso em: 6 set. 2021.

6 Disponível em: [http://sii.funai.gov.br/funai\\_sii/index.wsp](http://sii.funai.gov.br/funai_sii/index.wsp). Acesso em: 6 set. 2021.



**Figura 1** – Sistema Brasileiro Indigenista de Informações



**Fonte:** capturada pelas autoras.

A FUNAI, disponibiliza ainda em seu site, a biblioteca Curt Nimuendajú<sup>7</sup>, com um acervo especializado em temas de política indigenista e questão ambiental, contando com uma coleção de cerca de 50 mil registros, entre livros, folhetos, periódicos, coleção de recortes de jornais, obras de referência, monografias, dissertações e teses. Porém, ao entrarmos no site, verificamos que nem todo este material, está disponibilizado para a consulta online.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/servicos/biblioteca>. Acesso em: 6 set. 2021.

**Figura 2** – Sistema de informações criado pela FUNAI



**Fonte:** capturada pelas autoras.

Na figura 2, podemos observar, informações referenciadas às ações que envolvem a FUNAI, como políticas, demarcações de terras, gestão ambiental, etnodesenvolvimento, serviços, notas e uma aba específica, de acesso à informação, que contém informes sobre: a instituição; ações e programas, participação social, convênios existentes, licitações e contratos, auditorias internas e ainda, um espaço reservado para a lei brasileira de Acesso à Informação. Quanto ao conteúdo exclusivo, aos estudos e o representativo do conhecimento indígena, verificamos a Biblioteca Curt Nimuendajú, que é um serviço ofertado pelo site.

Observamos, portanto, que na verificação de um levantamento macro, de sistemas de informações indigenistas, no Brasil, ainda existem limitadas iniciativas e específicas a algumas áreas, como no caso da saúde, entretanto, entendemos ser escassas tais disposições, frente a representatividade que esses povos trazem ao contexto de seu país.

A UNESCO<sup>8</sup>, por meio de seus relatórios, indica temas que devem ser praticados, para a atuação de informações indigenistas. O conhecimento local auxilia a tomada de decisão sobre aspectos fundamentais do cotidiano, portanto é

8 Disponível em: <https://en.unesco.org/links>. Acesso em: 6 set. 2021.

importante a referência a habilidades e filosofias desenvolvidas pelas sociedades e o seu entorno natural. Para indígenas, esse conhecimento é essencial para a devida compreensão de sua complexidade cultural integralizados em: linguagens, sistemas de classificação, práticas de uso de recursos, interações sociais, rituais e espiritualidade. Dentre os temas que poderiam ser explorados, temos: biodiversidade, ciências políticas, mudanças ambientais e transmissão de conhecimento.

Assim, atuar com a identificação e transmissão de conhecimento indígena, é uma importante forma de interpretar a diversidade cultural mundial e conseqüentemente, fornecer uma base para o desenvolvimento sustentável local. Ações e pesquisas brasileiras, frente ao vasto e importante cenário das populações indígenas, deveria se beneficiar, de programas como o *Link* (Sistemas de Conhecimento Local e Indígena) da UNESCO e promover a pesquisa com questões contemporâneas de gestão da biodiversidade, fortalecendo compromissos com cientistas e indivíduos que atuam na linha de frente das políticas.

#### **4 REGIÕES INTELIGENTES E CONHECIMENTO ETNOLÓGICO: A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO DE AMBIENTES DESENVOLVIDOS**

Regiões inteligentes são locais que se destacam nos quesitos de inovação e conhecimento, propiciando o crescimento urbano e desenvolvimento local. Portanto, ao pensarmos na implementação de centros inteligentes, há de se ter o pensamento voltado para uma mudança de gestão pública, em prol do oferecimento de melhorias nas condições de vida dos cidadãos. Porém, não podemos pensar em termos como crescimento, desenvolvimento e mudanças, sem entendermos o "como" chegamos até o momento atual ao qual nos inserimos enquanto sociedade. Assim, existe a necessidade de um resgate da trajetória sociocultural vivenciada na localidade que queira implementar mudanças,

rumo ao desenvolvimento das regiões.

Locais com aplicabilidade de políticas inteligentes na sua gestão pública, representam ambientes distintos de capacidade, habilidades e criatividade diferenciadas constituídas coletivamente e que devem se utilizar de sistemas de informação que operam nos espaços físicos, institucionais e digitais das cidades para a promoção de possibilidades de atuação. Para Komninos (2006), cidades inteligentes integram atividades e sistemas intensivos em conhecimento; rotinas incorporadas de cooperação social que possibilitam o compartilhamento de conhecimento e de inovação; infraestrutura avançada de comunicação e espaços digitais para gestão de conhecimento e inovação; e capacidade comprovada de inovar e resolver problemas. Afinal, a capacidade de inovar e gerenciar a incerteza são fatores críticos na caracterização da inteligência e sabermos lidar com tais questões, seria o diferencial da gestão e dos diferentes postos tomados, para o capital humano e social.

A princípio, entendemos que o acúmulo de conhecimento de natureza etnológica, de diversos assuntos (agricultura, artesanatos, tecelagens, pigmentações, fitoterápicos e outros), são gerados sistematicamente entre as pessoas da comunidade, devem ser registrados em algum tipo de suporte para que se preserve ou seja repassada, avaliada e/ou acrescida de maiores detalhes por aqueles que a ela se reportar ou necessitar. Os conhecimentos indígenas, pelo fato de serem do tipo tácito, não codificado ou sistematicamente registrado se tornam de difícil transferências ou compartilhamento por aqueles que o possui, entende e preservam em suas memórias, para outras pessoas que não seja íntimo do sujeito informado.

Interessante destacar que o conhecimento indígena, é um valioso capital social etnológico e seu principal ativo é investir na luta pela sobrevivência para produzir alimentos e fornecer abrigo ou obter controle de suas terras, de seus espaços e de suas próprias vidas (OCHOLLA, 2007). Inclusive,

os processos de documentação (registros) de suas terras como comprobatório e garantia de posses são exemplos de informações valiosas que já se encontram preservados, apesar de estarem em Repositórios Públicos Estatal.

Um dos maiores desafios na atualidade seria a constituição de Bibliotecas e/ou Repositórios com informações de natureza etnológica desenvolvidos e gerenciados pelos próprios indígenas

[...] significam o fomento de novas práticas documentárias que se inserem nas dinâmicas de poder da sociedade hodierna, formações que permitem novas reflexões sobre o papel do arquivo, do documentar e da informação para estratos antes excluídos dessas práticas. (MELLO, 2020, p. 120).

Esses desafios seriam, ao que se refere, mais especificamente, aos processamentos técnicos biblioteconômicos, arquivísticos e museólogo porque, para esses processos exigem-se várias fases como seleção do material, registros, catalogações e sua disponibilização aos consulentes.

Na contemporaneidade, com as facilidades das tecnologias da informação e comunicação e das mídias digitais, os processos documentais devem ser digitalizados e armazenados em formatos que possam ser acessados remotamente com auxílio da Internet. Mesmo as comunidades indígenas rurais, que as vezes necessitam acessar a Internet no prédio da Escola, não ficam totalmente desassistidos de informações. Assim, é pertinente considerar a gestão de serviços informacionais no formato digital, eletrônico para uma ação mediadora eficiente e proativa.

Segundo Mello (2020), é possível encontrar na atualidade, atividades de documentação de natureza etnológica, por comunidade tradicionais e não mais só aquelas mantidas pelo Estado; isso demonstra ação de empoderamento e capacidades de sujeitos indígenas em se desenvolverem

e caminharam por conta própria, representando novas configurações informacionais que se inserem na dinâmica de poder da moderna sociedade, construindo a partir desse novo entendimento outras formas legítimas de saberes, promovendo práticas nunca antes pensadas devido à imposição colonialista epistêmico.

O nosso século, exige a premissa da agilidade nas ações para a tomada de decisões. O saber lidar e obter a informação se destaca na base de uma gestão profícua e que vence desafios. Para Abdoullaev (2011), os novos princípios, políticas, processos e objetivos do desenvolvimento: estratégias, modelos e soluções do mundo, são eco inteligentes. O mundo é sinérgico impulsionado pelo capital natural e porque não dizermos, etnológico na trajetória sociocultural da formação das comunidades? O capital social, tecnológico e digital, como a internet/teia de coisas, conhecimento e inteligência social, para as fontes de energia renovável, emerge como um Mundo Inteligente, convergindo o Cyber, Social em mundos físicos possíveis de acontecer.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entendemos que os saberes e/ou conhecimentos indígenas, são bens valiosos, ricos culturalmente e em experiências históricas, se ajustando facilmente às mudanças sociais, econômicas, ambientais e políticas. Assim, no levantamento realizado por este estudo, procuramos exteriorizar alguns pontos importantes não apenas para regiões que se prezam por patamares de desenvolvimento, mas também para aquelas ditas inteligentes.

Ao pensarmos em conceitos estabelecidos em pesquisas referenciais da área, sobre regiões inteligentes, verificamos que a inovação, deve ser uma forma presente em centros urbanos e de elevada implementação da tecnologia nas mais variadas descobertas de possibilidades. Entretanto, o pensamento do conceito para os centros urbanos, não pressupõe aniquilar

outros que existem no bojo da formação das sociedades, como é o caso da existência de populações que se encontram, em muitos países, à margem de tais localidades. As comunidades indígenas, pertencem a uma trajetória complexa cultural, que muito contribuem para a explicação da existência das populações e, portanto, é dever do Estado, integrá-las aos seus espaços.

Identificamos algumas ações de preservação da cultura indígena, por meio de pesquisas de inovação e implementação de tecnologias, em países como Canadá, Índia e Austrália. O Brasil é um dentre esses países multiculturais, principalmente de etnias indígenas. De acordo como último Censo IBGE, a diversidade desses povos, era de 256 etnias distintas com mais de 150 línguas diferentes, contextualizando uma forte representatividade em questões culturais e diversidades.

Visualizamos algumas perspectivas, frente a esses conhecimentos, ao acreditarmos na possibilidade dos próprios indígenas se voltarem para novas práticas da documentação de saberes e informações etnológicas. São práticas de gestão dos conhecimentos em benefício próprio, de suas comunidades, de seus entes étnicos; a gestão de saberes e/ou conhecimento com o auxílio das ferramentas tecnológicas e da Internet possibilitará abrir portas para mundos nunca antes conhecidos, inclusive essas tecnologias possibilitarão trocar e compartilhar conhecimentos com outras comunidades étnicas, até mesmo de outros países, pois ela amplia e ultrapassa fronteiras geográficas.

Regiões inteligentes que possuem comunidades indígenas, deveriam promover estudos de inovação que integrem sistemas de educação, saúde, e cultura por meio da mediação. A representação de sistemas para tais comunidades, comportaria um ciclo orgânico, de favorecimento pleno para uma sociedade que reconhece a sua base de sua formação social. Bibliotecas digitais, por exemplo, já são uma realidade de espaços inteligentes e sustentáveis e garantem a preservação

dos saberes e/ou conhecimentos, agregam para tanto, outras formas de resguardo de informações tradicionais, hábitos culturais e preservação da memória.

Destacamos que as tecnologias digitais proporcionam novas formas de mediar e compartilhar essas informações e/ou saberes culturais ao aproximar usuário, mídia e informação, permite uma relação dialógica e o desenvolvimento de pensamento crítico, criativo e inteligente. Outra sugestão de ação para as comunidades indígenas, poderia comportar Sistemas de mediação cultural ue por meio de dispositivos tecnológicos, favoreceriam o acesso a várias informações de diferentes formatos, possibilitando a geração de conhecimentos e disponibilizando informações de vivências, para um empoderamento étnico sociocultural.

A ação mediadora cria oportunidade de aliar e permitir o encontro das ideias, da cultura, do pensamento e do conhecimento num processo relacional que garante o acesso à cultura ultrapassando barreiras do tempo e do espaço. Haveria um reconhecimento das populações e assim poderíamos entender melhor os problemas e rever políticas públicas existentes e/ou necessárias para serem criadas.

Refletimos ainda, que temas relacionados à emergência de ações para populações ricas culturalmente e detidas na complexidade social de suas introjeções na atual sociedade, como os indígenas, carregam em seu bojo, o mérito de uma premente necessidade para a sua permanência e cuidados de existência. Porém, sistemas inteligentes, destacados para o desenvolvimento de suas regiões, primam por inovação e tecnologias de ponta, podendo soar como polêmicos, frente ao resguardo de tradições, hábitos culturais e manufaturas dos povos indígenas. Entretanto, não podemos olhar para o futuro, pensando tão somente em fragmentos populacionais, mas sim, na constituição das sociedades.



## REFERÊNCIAS

ABDOULLAEV, A. Keynote: A smart world: a development model for intelligent cities. *In: IEEE INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMPUTER AND INFORMATION TECHNOLOGY (CIT)*, 11, 2011. **Proceedings** [...]. [S. l.]: EIS Encyclopedic Intelligent Systems/SMART GROUP, 2011. p. 1-20. Disponível em: [https://www8.cs.ucy.ac.cy/conferences/CIT2011/files/FUTURE\\_CITY.pdf](https://www8.cs.ucy.ac.cy/conferences/CIT2011/files/FUTURE_CITY.pdf). Acesso em: 6 jun. 2021.

ABDULLAHI, I. Cultural mediation in library and information science (LIS) teaching and learning. **New Library World**, [s. l.], v. 109, n. 7-8, p. 383-389, 2008. Disponível em: [www.emeraldinsight.com/0307-4803.htm](http://www.emeraldinsight.com/0307-4803.htm). Acesso em: 6 jun. 2020.

ALENCAR, C. M. M.; FONSECA, J. J. S. (org.). **Gestão do conhecimento**. [Piauí]: AGUS, 2015.

ALMEIDA, M. A. Mediação da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 1-23, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119328>. Acesso em: 6 jun. 2019.

ALMEIDA, M. A. Mediação e mediadores nos fluxos tecnoculturais contemporâneos. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 191-214, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informaca/>. Acesso em: 7 mar. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Divers@. Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 132-144, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver>. Acesso em: 8 jul. 2019.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma**, [s. l.], p. 1-37, 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/78585>. Acesso em: 8 jun. 2019.

DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Biblioteca Curt Nimuendaju**. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/biblioteca>. Acesso em: 10 jul. 2021.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Sistema Indígena de Informação**. Disponível em: [http://sii.funai.gov.br/funai\\_sii/informacoes\\_indigenas/visao/visao\\_terras\\_indigenas.wsp](http://sii.funai.gov.br/funai_sii/informacoes_indigenas/visao/visao_terras_indigenas.wsp). Acesso em: 10 jul. 2021.

GOMES, H. F. Mediação consciente da informação: categoria fundante ao protagonismo profissional e social. *In*: SILVA, F. C. G.; ROMEIRO, N. L. (org.). **O protagonismo da mulher na arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**. Florianópolis, SC: Rocha, 2019. p. 187-205.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em: 12 dez. 2019.

KOMNINOS, N. The architecture of intelligent cities. **Intelligent Environments**, [s. l.], v. 6, p. 53-61, 2006.

LANDØY, A. Important trends in international academic library development: colaboration. *In*: LANDØY, A.; GHINCULOV, S.; REPANOVICI, A. **Important trends in international academic library development: colaboration** Min. of Education, Culture and Research, The project "Modernization of Academic Library Services in Moldova". Chişinău: Cartdidact, 2019. p. 14-20. Disponível em: <https://www.ceeol.com/search/book-detail?id=827446>. Acesso em: 4 jun. 2021.

MELLO, R. P.S. **Fenômeno informacional indígena na contemporaneidade**. 2019. 312 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MELLO, R. P. S. Por uma tentativa de um perspectivismo de natureza etnológica. **Revista Dispositiva**, [s. l.], v. 9, n. 15, p. 117-133, 2020.

MOLE, A. J. C.; EKWELEM, V.; DIN, C. L. Repackaging indigenous knowledge for non-indigenous user in university libraries. **Library Philosophy and Practice**, [s. l.], n. 2111, p. 1-16, 2018. Disponível em: <http://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/2111>. Acesso em: 10 fev. 2019.

MORAES, C. R. B.; FADEL, B. Triangulação metodológica para o estudo da gestão da informação e do conhecimento em organizações. *In*: VALENTIM, M. (org.) **Gestão da informação e do conhecimento**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. p. 28-40.

OCHOLLA, D. Marginalized knowledge: an agenda for indigenous knowledge development and integration with other forms of knowledge. **IRIE International Review of Information Ethics**, [s. l.], v. 7, n. 9, 2007. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Marginalized-knowledge%3A-An-agenda-for-Indigenous-of-Ocholla/a034dd0e7121102f34894d43e095607fb68484db>. Acesso em: 13 abr. 2021.

ONU Brasil. **As Nações Unidas no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/about/about-the-un>. Acesso em: 13 jun. 2021.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Sobre o PNUMA**. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/sobre-onu-meio-ambiente>. Acesso em jul. 2021.

PINTO, A. A. A "inclusão digital indígena" na sociedade da informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 37-51, 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1162>. Acesso em: abr. 2019.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Quem são?** Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Quem\\_s%C3%A3o](https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o). Acesso em: 10 maio 2021.

UNESCO. Local and Indigenous Knowledge Systems (LINKS). Disponível em: <https://en.unesco.org/links>. Acesso em: 10 jul. 2021.

VALENTIM, M. L. P. Informação e conhecimento em organizações complexas. *In*: VALENTIM, M. (org.). **Gestão da informação e do conhecimento**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. p. 11-25.